

MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO POLÍTICA: SÍNTESES E APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NO CASO DOS DIREITOS ANIMAIS

*Matheus Mazzilli PEREIRA**

RESUMO: Embora compartilhem um projeto de transformação social comum, a libertação animal, ativistas do movimento dos direitos animais adotam diferentes estratégias de comunicação política em interação com a grande mídia, emitindo imagens públicas diversas. Esse trabalho busca propor um arcabouço teórico que reúna contribuições dos campos de estudos da ação coletiva e da comunicação política para que seja possível a compreensão desse movimento social emergente no Brasil, em sua unidade e em seus conflitos, ilustrados por três casos de interação com a mídia analisados nesse artigo. Propõe-se uma perspectiva sintética por meio do conceito de “combinações de lógicas de ações”, que apresenta a possibilidade de aproximar e sintetizar teorias que enfatizam diferentes posturas de ativistas de movimentos sociais, sem negar os dilemas empiricamente vivenciados pelos ativistas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais. Ação coletiva. Comunicação política. Direitos animais.

Introdução: as faces públicas dos direitos animais¹

No mês de junho de 2008, na cidade de Porto Alegre, ativistas do movimento dos direitos animais comemoraram a publicação de uma matéria no jornal *Correio*

* Pós-Graduação em Sociologia. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre - RS – Brasil. 91509-900 - matheus.mazzilli@gmail.com.

¹ Uma primeira versão desse trabalho foi apresentada no 38º Encontro Anual da ANPOCS.

do Povo que reproduzia a imagem de um anúncio *outdoor* por eles desenvolvido. O anúncio fazia parte de uma campanha maior em apoio a uma polêmica lei municipal que propunha a proibição do trânsito de carroças com tração animal em Porto Alegre. Após ser aprovada na Câmara de Vereadores, a lei aguardava a sanção do prefeito, que sofria pressões opostas de militantes da causa animal e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de seus apoiadores. Buscando influenciar o prefeito, neste *outdoor*, militantes de direitos animais utilizaram o sentimento de pertença ao estado do Rio Grande do Sul a seu favor expondo, nesse anúncio, a foto de um cavalo caído e ensangüentado em uma grande via dessa cidade ao lado da frase “Prefeito: agora está em suas mãos o destino de um dos símbolos do RS” (PRESSÃO..., 2008).

Dois anos depois, uma ativista desse mesmo movimento enviou à seção de artigos do jornal Zero Hora um texto no qual essas mesmas tradições são fortemente contestadas por serem utilizadas como justificativa para a exploração animal. Seu texto foi publicado em Setembro menos de dez dias antes da data que comemora a chamada Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, um conflito separatista ocorrido no século 19. Nesse mês, entusiastas do chamado tradicionalismo gaúcho acampam em um parque de Porto Alegre, trajando vestimentas tradicionais e preparando churrasco diariamente. Morando perto do parque e convivendo com a fumaça vinda das churrasqueiras, a ativista decide enviar ao jornal um artigo criticando as práticas dos tradicionalistas. Ao longo do texto, a militante defende que tradição alguma é imutável, sendo, para Montesquieu, a ignorância a mãe de todas as tradições, questionando os leitores os motivos pelos quais “[...] protegemos, respeitamos e mimamos alguns animais e a outros [...] dispensamos o pior dos tratamentos ao fim dos quais lhes reservamos a morte”. (HASSEN, 2010, p.17).

Já em 2011, militantes de direitos animais figuraram novamente nas páginas do jornal Zero Hora, relatando como compatibilizam sua escolha moral por hábitos veganos ao cotidiano em um estado conhecido como a terra do churrasco em busca da divulgação de sua identidade coletiva. A idéia da reportagem surgiu quando um parente da editora do *Caderno Donna* (um caderno dominical sobre comportamento, do jornal Zero Hora) voltou de uma viagem ao exterior com uma decisão: abriria em Porto Alegre um restaurante vegano. A repórter escolhida para a construção da matéria buscou ativistas e veganos não-engajados em movimentos sociais para conhecer seus hábitos e os desafios que enfrentam no cotidiano. A reportagem descreve casos pessoais que apresentam experiências positivas diversas de pessoas veganas, tais como o nascimento de um filho perfeitamente saudável após uma gestação vegana e a descoberta da possibilidade de manutenção de uma dieta saborosa e saudável do ponto de vista nutricional (LUZ, 2011).

Tendo-se como referência estas manifestações públicas dos militantes que defendem os direitos animais, torna-se difícil a identificação de pontos convergentes que possibilitem a delimitação da ideologia desse movimento emergente e, ainda, pouco conhecido, no Brasil. Afinal, militantes desse movimento contemporâneo no cenário nacional são defensores de animais vistos como tradicionais ou de todas as espécies? São indivíduos que buscam uma transformação cultural mais ampla na forma como concebemos as relações entre animais humanos e não humanos, ou são indivíduos que adotaram novas identidades e práticas de consumo tendo-se como base convicções morais pessoais?

De fato, ativistas desse movimento defendem que devem ser garantidos a todos os animais todos os direitos que esses seres podem desfrutar, tais como o direito à vida e à liberdade. Assim, os direitos animais seriam, conforme a descrição de uma entrevistada “a continuação lógica e natural dos direitos humanos”. A violação sistemática de tais direitos configuraria o problema do especismo. Tendo em vista esse diagnóstico, o objetivo final dos militantes de direitos animais é a abolição de todas as formas de exploração animal, tais como o consumo de alimentos de origem animal, o uso de animais para testes em pesquisas científicas, o uso de animais para entretenimento humano, entre outros. Para que esse objetivo seja alcançado, ativistas defendem a adoção e a promoção do veganismo, que consiste na abdicção de práticas baseadas na supressão dos direitos desses indivíduos². Ativistas também defendem a formulação de políticas públicas e de leis que garantam os direitos dos animais (EVANS, 2010; GARNER, 1998; FREEMAN, 2010; SORDI, 2011).

O movimento dos direitos animais se diferencia, portanto, de outros movimentos que militam na causa animal. O movimento de bem-estar animal, por exemplo, defende que animais podem ser usados para a satisfação de interesses humanos (como o consumo de carne e testes científicos), desde que a eles sejam garantidas boas condições de vida (como boa alimentação e alojamento amplo). Já o movimento de proteção animal busca garantir a vida e o bem-estar de animais socialmente valorizados, como cães e gatos, se engajando em ações como o recolhimento de animais de rua (GARNER, 1998; SORDI, 2011).

No movimento abolicionista observa-se uma controvérsia a respeito da relação que deve ser estabelecida com as demandas do movimento de bem-estar animal no atual estágio da luta pelos direitos animais. Por um lado, influenciados por teóricos como Francione (2007) alguns ativistas concebem as políticas de bem-estar como “pedras no caminho” do abolicionismo. De acordo com esses militantes, a

² O veganismo também é adotado por indivíduos com motivações não relacionadas ao diagnóstico dos direitos animais, assim como por indivíduos não formalmente engajados em organizações abolicionistas, mas em “movimentos culturais difusos” ou em esforços de “contracultura”. (ABONIZIO, 2013; CHERRY, 2006).

garantia de bem-estar animal poderia gerar uma sensação de conforto em relação à morte e ao aprisionamento de animais, bem como sugerir que a exploração animal é moralmente correta caso o bem-estar desses seres seja garantido. Por outro lado, influenciados por teóricos como Stzybel (2007) e Naconecy (2009), outros ativistas vêem as políticas de bem-estar como degraus para o movimento dos direitos animais. De acordo com esses militantes, que se auto-intitulam abolicionistas pragmáticos, pequenas reformas políticas abrem precedentes legais e ajudam a construir redes com indivíduos influentes, facilitando a luta pela abolição do especismo (EVANS, 2015; FREEMAN, 2010).

É possível observar, portanto, que os ativistas envolvidos na produção dos artigos e reportagens descritos compartilham um projeto de transformação social baseado na crítica à forma culturalmente dominante pela qual se estabelecem as relações entre animais humanos e animais não humanos. No entanto, ativistas não atingem consenso em relação ao apoio ou à rejeição a demandas bem-estaristas. A partir dessas disputas, militantes optam por diferentes posturas em interações com a grande mídia. Em cada caso específico de interação citado, podem ser identificadas diferenças e em relação aos enquadramentos desenvolvidos pelos militantes que ora defendem, ora se opõem e ora buscam a compatibilização de suas demandas às tradições gaúchas. Como é possível compreender essas diversas posturas que ativistas adotam em interações com representantes da grande mídia?

Esse problema empírico pode ser analisado por meio de contribuições teóricas originárias de dois campos de estudos distintos que se referem a objetos que se inter-relacionam. Por um lado, teóricos da ação coletiva desenvolveram, principalmente ao longo dos anos de 1980 e 1990, um importante debate acerca do conceito de movimentos sociais (ALONSO, 2009; COHEN, 1985). Por outro lado, teóricos da comunicação política têm proposto diferentes enfoques analíticos para o estudo das relações estabelecidas entre atores políticos e representantes da grande mídia (MENDONÇA, 2011). Esse trabalho busca construir uma perspectiva que possibilite, ao mesmo tempo, a síntese entre as diversas teorias apresentadas dentro de cada um desses campos de debate e a aproximação entre estes dois debates teóricos³.

Nas duas primeiras seções desse artigo, são exploradas diversas perspectivas teóricas desenvolvidas nos campos de estudos da ação coletiva e da comunicação política. A seguir, é proposta uma perspectiva teórica sintética que aproxime esses dois campos de estudo. Na seção seguinte, o modelo proposto é aplicado para a

³ O modelo teórico proposto nesse artigo tem como base uma pesquisa empírica realizada junto ao movimento dos direitos animais na cidade de Porto Alegre ao longo dos anos de 2012 e 2013. Para esclarecimentos metodológicos, ver Pereira (2014).

análise dos casos descritos anteriormente para que, por fim, considerações a respeito das potencialidades e limitações desse modelo possam ser apresentadas.

Como jogam os movimentos sociais? Perspectivas teóricas sobre a ação coletiva

A partir da década de 1970, em busca de uma superação de perspectivas teóricas clássicas marxistas e funcionalistas sobre movimentos sociais, desenvolvem-se, tanto no cenário norte-americano quanto no cenário europeu, novas abordagens teóricas sobre o tema. Tais perspectivas propunham diferentes conceitos de movimentos sociais e enfatizavam diferentes formas de relação entre tais atores e o jogo⁴ social e político estabelecido (ALONSO, 2009; COHEN, 1985).

Por um lado, perspectivas norte-americanas da ação coletiva concebem movimentos sociais como atores coletivos que buscam os recursos (materiais ou simbólicos) em disputa no jogo social, adaptando-se às suas lógicas com o objetivo de aprimorar seu desempenho nessa disputa. A teoria do processo político (TPP), por exemplo, concebe a mobilização coletiva como uma disputa pelos recursos escassos administrados pelas instâncias políticas decisórias institucionalizadas – no caso de grande parte das sociedades capitalistas contemporâneas, o Estado – entre, por um lado, atores já inseridos nessas instituições (os membros) e, por outro lado, atores distantes ou excluídos dessas instituições, que buscam acessar as esferas de decisão política ou influenciá-las para obter ganhos que satisfaçam seus interesses ignorados pelas elites políticas (os *outsiders*) (McADAM, 1982).

Conceitos como os de oportunidades políticas e repertórios de ação, enfatizam a adaptação dos atores coletivos a mudanças na configuração desse jogo, sustentando que militantes tendem a agir de acordo com a mudança nas oportunidades contextuais e que ativistas mudam suas formas de ação de acordo com configurações políticas históricas (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; TILLY, 1978). Ainda, parte da literatura que se utiliza do conceito de enquadramento interpretativo tende a apontar um imperativo de adaptação das mensagens produzidas por movimentos sociais a símbolos socialmente estabelecidos para que seja possível a compreensão e aceitação das mensagens contestatórias por parte dos interlocutores (SNOW et al., 1986).

Por outro lado, as chamadas teorias dos novos movimentos sociais (TNMS), desenvolvidas no cenário europeu, ainda que plurais, oferecem uma perspectiva

⁴ A metáfora do “jogo” é uma referência às instituições sociais, políticas e culturais estabelecidas pelo *status quo*, que apresentam pressupostos de moralidade e eficácia.

distinta sobre esse tema, concebendo movimentos sociais como atores que surgem a partir de mudanças estruturais do capitalismo buscando questionar as próprias bases simbólicas do jogo social estabelecido. Para Touraine (1989, 1999), por exemplo, a sociedade pós-industrial pode ser caracterizada pela luta dos sujeitos em busca da auto-definição contra as definições dominantes impostas pelas forças impessoais do mercado e da tradição.

Partindo de pressupostos construcionistas, Melucci (1995, 1989) propõe uma análise semelhante. Esse autor afirma que, frente a uma dominação cada vez mais baseada na produção de identidades que auxiliam a reprodução da dominação sistêmica, novas formas de resistência emergem tendo como base a construção coletiva e ininterrupta de “identidades coletivas” que questionam as bases simbólicas do jogo estabelecido. Desta forma, o autor se opõe à idéia de que ativistas buscariam uma adaptação e um incremento de suas possibilidades de ganho nesse jogo, defendendo que esses atores “[...] não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólico e culturais, por um significado e por orientações diferentes da ação social”. (MELUCCI, 1989, p.59).

A divisão entre teorias européias e norte-americanas, no entanto, não é absoluta, principalmente se são tomados como exemplo desenvolvimentos teóricos de outros campos de estudo. A dimensão construcionista da ação coletiva é, por exemplo, abordada por teóricos norte-americanos que desenvolvem reflexões sobre os problemas sociais. A abordagem construcionista, nesse campo, se opõe a perspectivas que concebiam problemas sociais como reais *a priori*, defendendo que não existem condições problemáticas em si, mas categorizações sociais que possibilitam que indivíduos as questionem moralmente, destacando-se o papel de movimentos sociais nesse processo de construção de problemas sociais (IBARRA; KITSUSE, 1993).

Em debates contemporâneos, emerge uma agenda de síntese entre essas diversas perspectivas teóricas. Estudiosos latino-americanos têm desenvolvido importantes reflexões sobre esse tema, negando, a partir da afirmação da coexistência de várias lógicas de ação política, o viés normativo assumido, em muitos casos, pelas TNMS, que levou tanto cientistas sociais como ativistas à defesa de que movimentos sociais devem se orientar por uma crítica às bases simbólicas do jogo, devendo se afastar da disputa em curso e dos atores e espaços nela estabelecidos, sob o risco de cooptação (QUIRÓS, 2009; SILVA, 2010). Uma trajetória teórica semelhante, de ênfase histórica em lógicas distintas de ação e busca por abordagens sintéticas pode ser observada nos debates sobre comunicação política.

Grande mídia e política em interação: perspectivas teóricas sobre comunicação política

As múltiplas teorias e ênfases dadas aos estudos sobre comunicação política têm descrito as diversas lógicas pelas quais atores políticos interagem com representantes da grande mídia, bem como as diversas formas que o enquadramento pode assumir nessas interações. A sistematização proposta por Mendonça (2011) é a base para a classificação aqui proposta que organizará essa discussão teórica em três grandes eixos: a busca pela visibilidade; a deliberação política (e a construção social) nos meios de comunicação; e a relação entre grande mídia e formação de identidades coletivas.

No caso dos estudos sobre visibilidade, a grande mídia é vista como uma arena na qual diversos atores disputam o espaço restrito de visibilidade pública disponível, sendo os movimentos sociais vistos como atores que buscam disputar esse recurso oferecido pelo jogo midiático. A grande mídia é vista, portanto, semelhantemente à forma como o Estado é concebido na TPP, uma arena na qual recursos escassos estão em disputa. O recurso oferecido pela mídia seria importante para movimentos em sua atuação no jogo político mais amplo, na medida em que movimentos sociais, em geral, não têm acesso freqüente às instituições políticas, devendo buscar outros meios para influenciá-las. A grande mídia seria um desses meios, já que, através dela, seria possível conquistar apoio da opinião pública, que serviria como um recurso de pressão em direção aos atores inseridos na política institucional, alterando-se as possibilidades de ganho de movimentos sociais em interação com o Estado. Para garantir visibilidade nessa arena de disputas, movimentos sociais tenderiam a adaptar seu enquadramento em direção a perspectivas vistas como simpáticas aos grandes meios de comunicação e à opinião pública, buscando conectar suas demandas a temas atrativos para a imprensa e a valores socialmente estabelecidos em uma postura estratégica, ideia que é enfatizada por parte dos primeiros trabalhos que utilizam o conceito de enquadramento interpretativo (McCARTHY; SMITH; ZALD, 1999; McADAM, 1999; SNOW et al., 1986).

Opondo-se a tal interpretação, de acordo com a perspectiva da deliberação política, a grande mídia é vista como um espaço potencial para a produção de debates que possam gerar novos entendimentos sobre questões sociais, no qual movimentos sociais se inseririam em busca da formação de entendimentos que possam questionar as concepções dominantes do mercado e da política institucional. Em um processo de deliberação, diversos atores acessam a grande mídia e interagem por meio da exposição de argumentos construídos de forma crítica e reflexiva e por meio da recepção de argumentos rivais tratados da mesma forma, dando origem a uma troca argumentativa pública na qual ambos os atores levam em consideração as

perspectivas do outro. De acordo com essa perspectiva, portanto, o enquadramento dos atores é construído pela reflexão crítica em busca de um acordo normativo e não usado como uma ferramenta em busca da adaptação ao valorizado pelo outro (MAIA, 2006).

De forma análoga, na abordagem construcionista, a mídia é vista como um espaço de difusão de significados que ajudam a construir a opinião pública e a realidade social. Nesse sentido, movimentos sociais se dirigem à grande mídia no intuito de difundir os significados por eles produzidos. Problematicando significados estabelecidos e inserindo questões e temas na agenda midiática, movimentos sociais podem re-interpretar determinados eventos antes percebidos como naturais pela opinião pública, transformando-os em problemas sociais e modificando as bases simbólicas do jogo estabelecido ao questionar o que deve estar em disputa. Assim, nessa perspectiva, o conceito de enquadramento é utilizado de uma forma distinta, não sendo visto como um posicionamento construído a partir da adaptação, mas sim como um posicionamento vinculado a convicções morais que podem ser insumos em um processo maior de construção social da realidade e de problematização de eventos (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; GAMSON et al., 1992).

É possível, portanto, traçar aproximações entre as perspectivas construcionista e deliberacionista, embora haja diferenças teóricas significativas entre essas abordagens. Ambas as abordagens defendem que movimentos sociais visam construir novos entendimentos sobre a realidade social, questionando as bases simbólicas do jogo estabelecido, sejam eles construídos de maneira deliberativa ou não. Ainda, ambas as perspectivas defendem que movimentos sociais não formam seu enquadramento visando à aceitação imediata da opinião pública, mas sim visando a sua modificação, seja pela construção coletiva de novos entendimentos, seja pela problematização de determinadas questões e temas.

Outra importante discussão teórica se refere à relação entre grande mídia e formação de identidades coletivas. Nessa perspectiva, a grande mídia é vista como a arena na qual as identidades coletivas são construídas ou reproduzidas, seja ela concebida de maneira positiva – como um espaço de encontros culturais que possibilitam afastamentos em relações a perspectivas tradicionais (MAIA, 2000) – ou de maneira negativa – como um espaço de reprodução de estigmas que impõem referentes culturais arbitrários (ROCHA, 2007). Em qualquer uma dessas perspectivas, movimentos sociais se dirigiriam à grande mídia com o intuito de construir e difundir identidades coletivas que julguem apropriadas para a definição de si mesmos, modificando as imagens midiáticas e questionando as bases simbólicas do jogo estabelecido ao redefinir seus jogadores (MAIA, 2000; ROCHA, 2007). Dessa forma, também nesse caso, o enquadramento de movimentos sociais em interações com a grande mídia não seria construído em busca da aceitação

imediate da opinião pública, estando sempre vinculado ao projeto de construção e difusão de identidades coletivas.

Assim como na discussão teórica sobre movimentos sociais, nos debates sobre comunicação política observa-se uma tendência de síntese entre essas diversas abordagens e temas. Maia (2006), por exemplo, afirma a necessidade de aproximar as TNMS e sua ênfase na deliberação e na construção de novos problemas e identidades à TPP e sua ênfase na busca pela aceitação imediata da opinião pública. Tendo em vista essa tendência, na próxima seção é apresentado um modelo que busca produzir sínteses entre os debates existentes em cada um dos campos de discussão teórica examinados e, ao mesmo tempo, estimular aproximações entre teorias da ação coletiva e da comunicação política.

Construindo novas sínteses e aproximações: as lógicas de ação

É possível observar, portanto, que teorias da ação coletiva e da comunicação política enfatizaram diferentes lógicas da ação política e da relação entre movimentos sociais e o jogo social estabelecido. Dentro de ambos os campos observa-se, também, um projeto de construção de perspectivas sintéticas que conectem ênfases dadas por diferentes teorias. Em ambos os casos, esses esforços de síntese tiveram como base a proposta de rompimento de dicotomias que opõem diferentes formas de ação e comunicação política, enfatizando-se a idéia de que a ação é sempre permeada por diversas razões e lógicas, não podendo ser compreendida como guiada apenas por uma delas (QUIRÓS, 2009; MAIA, 2006). Uma abordagem que aproxime ambos os campos de estudos para possibilitar uma compreensão mais complexa de fenômenos empíricos deve, portanto, seguir os desafios impostos por essas agendas sintéticas.

Porém, se esse modelo de síntese avança no sentido de se afastar de categorias teóricas dicotômicas e normativas, ele, ao mesmo tempo obscurece o fato de que, empiricamente, atores políticos constantemente disputam os entendimentos sobre o que é política bem como dificulta a compreensão de que os posicionamentos dos atores nessa disputa estão relacionados a respostas pessoais e coletivas a problemas de difícil resolução. Para compreender essa disputa é necessário aproximar os debates examinados anteriormente em uma perspectiva que esteja atenta aos dilemas e às tensões da ação sem, no entanto, assumir um posicionamento normativo e dicotômico que reconheça em apenas uma dessas posturas a verdadeira ação política. A abordagem da sociologia da experiência de Dubet (1996) é particularmente relevante para a construção de entendimentos para essa questão.

Esse autor argumenta que, na experiência dos atores individuais e coletivos, estão sempre presentes três lógicas de ação distintas que guiam, em alguma medida, a percepção e a ação desses atores, um argumento semelhante àquele desenvolvido pelas perspectivas sintéticas já expostas. Para Dubet (1996), no entanto, entre essas lógicas se estabelece uma relação de tensão. Assim, essas lógicas devem ser compatibilizadas de alguma forma, uma tarefa difícil, tendo em vista que, entre elas, se estabelecem relações competitivas. Para essa tarefa de compatibilização não existem soluções prontas, cabendo ao ator social ou coletivo a criação de combinações entre as lógicas e o estabelecimento de preferências e relações entre elas. Devido a essa tarefa, os atores sociais vivem em um constante dilema no que tange à combinação das diferentes lógicas de ação.

Adotando-se o pressuposto teórico básico apresentado por Dubet (1996), é possível traçar aproximações entre as distintas lógicas por ele descritas e as diferentes discussões teóricas apresentadas anteriormente em ambos os debates abordados, para que os diferentes posicionamentos empíricos observados possam ser compreendidos. Três lógicas de ação são propostas em uma adaptação dos conceitos desenvolvidos por esse autor aos debates anteriormente sistematizados: a lógica construcionista, a lógica pragmática e a lógica identitária. Na medida em que essas lógicas estão sempre presentes, em alguma medida, na experiência dos indivíduos, as ações contestatórias coletivas e as formas de comunicação política não podem ser compreendidas como guiadas apenas por uma dessas lógicas, mas sim como guiadas por combinações que priorizem uma em detrimento de outras, tomando umas como conseqüências das outras.

Em linhas gerais⁵, quando orientados preferencialmente por uma combinação construcionista de lógicas de ação, organizações de movimentos sociais e militantes, estabelecem como objetivo principal de curto prazo a construção de novos problemas sociais, buscando tornar problemáticas determinadas situações antes vistas como justas, normais ou como problemas pessoais pela opinião pública, questionando aquilo que está em disputa no jogo social, tal como teóricos construcionistas dos debates sobre problemas sociais e determinados teóricos das TNMS enfatizam. Esses atores buscam, nesse sentido, difundir novas percepções sobre questões sociais por meio da grande mídia, alterando a opinião pública sobre determinado tema ou produzindo debates que originem novas percepções sobre determinados eventos, como descrevem teóricos construcionistas e da abordagem deliberativa nos debates sobre comunicação política. Tendo em vista essas metas de ação, atores buscam, em interações com a grande mídia e com outros atores, utilizar enquadramentos que enfatizem suas percepções normativas e ideológicas sobre as situações em pauta.

⁵ Para maior detalhamento dos diversos objetivos prioritários relacionados a cada lógica de ação, ver Pereira (2014).

Já quando orientados preferencialmente por uma combinação pragmática de lógicas de ação, movimentos sociais e militantes, em linhas gerais, estabelecem como objetivo prioritário de curto prazo obter os resultados vistos como possíveis dentro da configuração atual do jogo social, tal como enfatizam teóricos da TPP. Em interações com a grande mídia, esses atores buscam visibilidade e apoio da opinião pública, utilizados como recursos para pressionar os atores estabelecidos nas instituições políticas em direção à concessão dos resultados almejados, tal como enfatizam teóricos da visibilidade e da TPP em debates sobre a comunicação política. Nesse sentido, busca-se uma adaptação dos enquadramentos contestatórios no intuito de transformar em aliados os jogadores influentes na configuração estabelecida, aumentando as possibilidades de ganho dos ativistas no jogo social.

Por fim, organizações de movimentos sociais e militantes que se orientam preferencialmente pela combinação identitária de lógicas de ação estabelecem como objetivo prioritário de curto prazo, a construção e difusão de identidades coletivas que descrevam determinados grupos e suas práticas, tal como os próprios integrantes desses grupos as concebem, buscando questionar as bases simbólicas que definem os jogadores e suas possibilidades, tal como proposto pelo conceito de identidade coletiva. Em interações com a grande mídia, portanto, esses atores buscam um espaço no qual possam construir novos entendimentos sobre suas identidades, bem como disputar espaços com concepções que os tornem alvo de estigmas e preconceitos, como enfatizam os estudos sobre a relação entre comunicação política e esse conceito. Nesse sentido, ativistas que se orientam preferencialmente por essa combinação de lógicas de ação vinculam seu enquadramento a suas identidades coletivas, questionando os principais preconceitos identificados.

Assim, a partir da adoção dos pressupostos teóricos desenvolvidos por Dubet (1996) e da criação de conceitos adaptados para descrever as distintas lógicas de ação que influenciam atores coletivos contestatórios, é possível construir um modelo que aproxima reflexões desenvolvidas nos campos de estudo da ação coletiva e da comunicação política em uma perspectiva sintética que reconhece a presença de inúmeras orientações para ação coletiva contestatória sem obscurecer as tensões da ação e os dilemas que emergem da tarefa de combinação das diversas demandas da experiência. Na próxima seção é explorado como esse modelo teórico auxilia a compreensão do caso empírico em estudo; o que significa concretamente priorizar determinada lógica de ação no caso dos direitos animais; e como ativistas empiricamente compatibilizam a lógica priorizada às demais lógicas de ação subordinadas em sua combinação.

Os abolicionismos da causa animal: lógicas de ação e interação com a grande mídia

Como descrito anteriormente, organizações e militantes que defendem os direitos animais compartilham uma série de percepções sobre as relações estabelecidas entre animais humanos e não humanos, bem como um projeto transformação social resumido pela ideia de libertação animal. Porém, como é possível observar por meio da análise das reportagens e artigos descritos anteriormente, organizações e militantes adotam diferentes estratégias de ação e comunicação política na busca por esse objetivo final compartilhado, havendo disputas entre atores vinculados a diferentes linhas de ação. Para uma melhor compreensão desse movimento emergente no Brasil, é necessário que esses diferentes posicionamentos sejam analisados sem que projetos e percepções comuns sejam negados e sem que as diferenças sejam normativamente avaliadas, evitando que tais disputas capturem a análise sociológica. Para isso, é aplicado o modelo teórico proposto.

Organizações de defesa dos direitos animais que se orientam, prioritariamente, por uma combinação construcionista de lógicas de ação estabelecem como objetivo principal de curto prazo construir simbolicamente a exploração animal como um problema social, questionando os pressupostos normativos que guiam as relações entre animais humanos e não humanos. Em interações com a grande mídia, portanto, ativistas buscam produzir debates para que novos entendimentos sobre essas relações sejam produzidos, criando-se novos problemas sociais e alterando-se a opinião pública sobre o tema. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica construcionista, ativistas alegam que a conscientização dos indivíduos em relação à exploração animal é o primeiro passo para que eles se tornem veganos e para que atores capazes de promover, efetivamente, os direitos animais, tais como o Estado, mudem as regras do jogo, tornando possível avanços antes impensáveis. O trecho de entrevista⁶ a seguir, com a liderança de uma organização desse movimento exemplifica essa postura.

Quando a sociedade se engaja de uma forma mais ampla, naturalmente, clama por mudanças nas leis, porque a legislação acompanha os avanços da sociedade. [...] Então, é a mudança de comportamento, é a ampliação da consciência que faz com que a sociedade [...] exija que os legisladores os acompanhem. (Entrevistada 1).

⁶ As entrevistas citadas no artigo foram conduzidas pelo autor em trabalho de campo.

Nesse sentido, ativistas buscam sempre, em seu enquadramento, expor suas concepções morais aos interlocutores, mesmo que isso resulte em um afastamento inicial dos indivíduos em relação ao movimento, criticando termos, normalmente, utilizados para a compreensão das relações estabelecidas entre animais humanos e não humanos. O artigo descrito na introdução desse trabalho é um exemplo dessa postura. Nele, a militante critica fortemente um termo utilizado pela opinião pública para compreender e justificar moralmente determinadas interações entre humanos e outros animais, a tradição. Posteriormente, a ativista expõe novos conceitos e reflexões sobre estas situações de interação. O trecho de entrevista a seguir com a autora do artigo ilustra essa intenção e essa postura.

Na verdade eu acho que eu escrevo mais pensando [...] em dialogar com uma pessoa que está chegando para essa reflexão. Tentando chamar para essa reflexão. [...] Mas na hora em que escrevo, Matheus, eu vou te dizer a verdade, eu não penso muito em quem vai [ler]... Não fico muito pensando. Eu penso em fazer um texto que faça sentido e que seja simples, que não seja rebuscado e que seja compreensível. (Entrevistada 2).

Já organizações de defesa dos direitos animais que se orientam, prioritariamente, por uma combinação pragmática de lógicas de ação, estabelecem como objetivo principal de curto prazo a conquista de resultados vistos como possíveis de serem obtidos no momento para aliviar ou solucionar determinados problemas vivenciados pelos animais sujeitos à exploração. Em interações com a grande mídia, dessa forma, ativistas buscam recursos que os auxiliem na disputa dentro do jogo estabelecido, como a garantia de visibilidade e de apoio da opinião pública. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica pragmática, ativistas alegam que convicções morais não modificam a atitude de atores influentes tais como a mídia e o Estado, que atuam de forma a maximizar seus ganhos políticos e econômicos. Seria por meio da conquista paulatina de resultados postos em disputa por esses atores e de demandas vistas como mais populares que o jogo se modificaria por dentro de si mesmo e que esses atores influentes criariam moralidades que sustentem as mudanças efetivadas. Nesse sentido, o ativista de uma organização que se auto-intitula abolicionista pragmática utiliza a metáfora da ética como barco a vela.

O movimento vegano tem muito dessa coisa puritana. Tipo “Pela moral”. E a moral do mundo é o dinheiro. Eles esquecem que quem controla o mundo é o dinheiro. Esse é o problema. E daí nós vamos entrar naquelas questões da filosofia da linguagem. Eu posso defender um movimento ético, entre aspas. Isso

que a gente entende como ético. Mas o que se entende como ético, eu acho que eu até entendo como pragmatismo. Porque a ética, pra mim, aos olhos das pessoas, o que elas encaram como ética é um barquinho a vela. [...] A ética é um barquinho a vela e quem assoprar mais forte é pra onde ele vai. E nós, como veganos e abolicionistas, a gente tem que soprar muito forte esse barquinho. Para onde ele tender, as pessoas vão. (Entrevistado 3).

Dessa forma, militantes pragmáticos buscam moldar seu enquadramento tendo em vista a melhoria de seu desempenho no jogo estabelecido, adaptando-se aos referentes normativos de seus interlocutores. Na reportagem descrita anteriormente, na qual um *outdoor* produzido pelos militantes de direitos animais é reproduzido em um grande jornal gaúcho, é possível identificar esse tipo de enquadramento. Nesse caso, ativistas buscam a aprovação de uma lei vista como possível de ser aprovada no cenário atual⁷: o fim de sua utilização de animais como tração em carroças na cidade de Porto Alegre. Para buscar o apoio da opinião pública para a sanção desse projeto, no entanto, ativistas utilizam o argumento rival do tradicionalismo gaúcho e sua valorização emocional do cavalo. O trecho de entrevista a seguir ilustra essa estratégia por meio do depoimento de um militante de uma coalizão de ativistas formada para a defesa dessa lei municipal.

Para quem está na luta de libertação animal, um dos maiores adversários é o MTG, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, que é quem adora fazer churrasco, adora fazer rodeio, adora fazer tiro de laço. E eles são muito poderosos. A parte de mídia deles é absolutamente forte. [...] Então, a nossa questão era também chamar para essa questão. “Vem cá, gaúcho, o teu símbolo”. Puxar pelo lado bairrista. (Entrevistado 4).

Por fim, organizações e militantes abolicionistas que se orientam, prioritariamente, por uma combinação identitária de lógicas de ação estabelecem como objetivo principal de curto prazo a divulgação do veganismo e de seus benefícios e a desconstrução de estereótipos existentes sobre os veganos, redefinindo simbolicamente os próprios jogadores. Em interações com a grande mídia, portanto, ativistas buscam divulgar o veganismo de forma a questionar estereótipos tais como a idéia de que veganos são fracos do ponto de vista nutricional, ou que têm uma alimentação pouco saborosa. Compatibilizando as lógicas subordinadas à lógica identitária, ativistas alegam que críticas éticas, discussões abstratas e a conquista imediata de resultados a partir do jogo

⁷ Em oposição, por exemplo, a uma lei que propusesse a proibição da criação de gado para consumo de sua carne pelos seres humanos.

estabelecido não são caminhos ideais para a conquista de novos aderentes, sendo o veganismo a principal porta de entrada para o movimento. Nessa perspectiva, por meio da iniciação ao veganismo, indivíduos, automaticamente, entrariam em contato com a perspectiva ideológica abolicionista, identificando novos problemas sociais e modificando o jogo e as possibilidades dos militantes nele. Um trecho de entrevista com um militante de uma organização que tem como principal objetivo divulgar o vegetarianismo ilustra essa postura.

Faz uns sete anos que eu sou vegano e são muito raras as vezes em que você começa a conversar com uma pessoa sobre essa parte filosófica que te levou a ser vegano e uma pessoa que tinha uma visão contrária passa a olhar com outros olhos. [...]. Por outro lado, se você for com essa mesma pessoa com uma visão contrária a um lugar legal para comer, for comer um negócio legal, fazer uma série de coisas legais junto, [...] às vezes, é em pouco tempo mesmo que tu passas um negócio muito legal [...]. (Entrevistado 5).

Assim, militantes identitários buscam, em seu enquadramento, expor sua identidade coletiva tal qual a concebem por meio da descrição de seu cotidiano ou do cotidiano de outros ativistas, bem como demonstrar sua viabilidade por meio da exposição de experiências pessoais ou de resultados de pesquisas científicas que favoreçam a defesa do veganismo. Nesse sentido, ativistas não buscam uma adaptação ao referencial normativo dos seus interlocutores, expõem sempre suas identidades em uma atitude crítica aos preconceitos, mas não, necessariamente, conectando sua opção identitária ao diagnóstico da exploração animal. A reportagem sobre o veganismo mencionada anteriormente é um exemplo dessa postura. Nela, é exposto o crescimento do mercado vegano local, sendo indicadas opções disponíveis para a manutenção de um cotidiano prático e lista das refeições caracterizadas como saborosas para a manutenção da obtenção de prazer com a alimentação. Também são descritas experiências que indicam que o veganismo não causa problemas de saúde a seus adeptos, tal como demonstra o nascimento de um filho saudável após uma gestação conduzida de forma vegana. O trecho de entrevista a seguir exemplifica essa postura. Nele, a mãe que conduziu essa gestação explica porque considera importante relatar essa história à jornalista.

Isso para nós é bem importante [mostrar que uma dieta vegana é saudável]. [...] Parece que é para provar. Poxa. A gente não ia fazer uma coisa sem saber. [...] A gente pesquisou muito, buscou muito. A gente não era irresponsável. [...] A gente estudou e pesquisou bastante. (Entrevistada 6).

É possível observar, dessa forma, que as diferentes formas de posicionamento público observadas anteriormente podem ser compreendidas por meio de um modelo teórico comum que articule teorias diversas produzidas nos campos de estudo da ação coletiva e da comunicação política. Por meio dessa análise, identifica-se que os diferentes posicionamentos não excluem as demais formas de ação, nem surgem de um maior comprometimento político de algum desses atores, mas emergem de dilemas comuns relacionados às formas pelas quais diferentes ativistas e organizações estabelecem conexões entre objetivos compartilhados, vistos como mediadores entre o cenário atual e a conquista da libertação animal.

Considerações finais

A complexidade das formas de ação e de comunicação política, exemplificadas pelas posturas descritas nas reportagens e artigos expostos na seção introdutória desse trabalho, exige um esforço teórico de aproximação e síntese. Teorias da ação coletiva e da comunicação política apresentam, individualmente, contribuições fundamentais para a compreensão desses fenômenos tendo enfatizado diferentes aspectos da ação e da comunicação política e indicado a necessidade de uma síntese que conecte esses aspectos superando premissas dicotômicas que identifiquem em apenas um posicionamento a verdadeira política. Quando unidas, as reflexões desenvolvidas nesses campos de estudo fornecem uma percepção mais ampla sobre como movimentos sociais se posicionam frente às relações de poder estabelecidas e a representantes da grande mídia. A aproximação desses campos em uma perspectiva sintética, no entanto, deve estar atenta às tensões da ação e aos dilemas empíricos para que estudiosos possam identificar as disputas estabelecidas entre atores políticos sem ser por elas capturados⁸.

Por meio de um modelo teórico construído a partir desses desafios, é possível retratar um movimento social contemporâneo e emergente no Brasil além de suas múltiplas faces públicas, sendo identificados seus princípios morais comuns, bem como as principais disputas estratégicas nele presentes. Resta, ainda, a partir da análise dos dilemas vivenciados por ativistas abolicionistas em interações com a grande mídia, reconstruir um quadro mais amplo dos desafios atuais que movimentos sociais diversos vivenciam nas situações de interação com a grande mídia.

⁸ Destaca-se aqui a incapacidade desse modelo teórico em compreender as dinâmicas interativas contingentes que podem confrontar e modificar as preferências previamente estabelecidas por atores sociais. Para uma análise desse tipo, ver Pereira (2014).

**SOCIAL MOVEMENTS AND POLITICAL COMMUNICATION:
THEORETICAL CONNECTIONS AND SYNTHESSES
IN THE CASE OF ANIMAL RIGHTS**

ABSTRACT: *Although they share a common social transformation project, the animal liberation, animal rights' activists adopt different political communication strategies in interactions with the mass media, transmitting diverse public images. This work aims to propose a theoretical framework that gathers contributions from the study fields of collective action and political communication to make possible the comprehension of this emergent social movement in Brazil in its unity and conflicts, illustrated by three cases of interaction with the mass media analyzed in this article. It is proposed a synthetic framework through the concept of "logics of action combination", that presents the possibility to connect and synthesize theories that emphasize different postures of social movement activists, without denying the empirically experienced dilemmas.*

KEYWORDS: *Social movements. Collective action. Political communication. Animal rights.*

REFERÊNCIAS

ABONIZIO, J. Consumo alimentar e anticonsumismo: veganos e freeganos. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.49, n.2, p.191-196, 2013.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, p.49-86, 2009.

CHERRY, E. Veganism as a cultural movement. **Social Movement Studies**, [S.l.], v.5, n.2, 2006, p.155-170.

COHEN, J. L. Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements. **Social Research**, [S.l.], v.52, n.4, p.663-716, 1985.

DUBET, F. **A sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

EVANS, E. Stumbling blocks or stepping stones? The problems and promises of policy reforms for animal rights advocacy movement. **Sociological Perspectives**, [S.l.], v.0, 20 jul. 2015.

_____. Constitutional inclusion of animal rights in Germany and Switzerland: how did animal protection become an issue of national importance? **Society & Animals**, [S.l.], v.18, n.3, p.231-250, 2010.

FRANCIONE, G. Reflections on ‘animals, property and the law’ and ‘rain without thunder’. **Law and Contemporary Problems**, Winter, v.70, n.1, p.9-57, 2007.

FREEMAN, C. P. Framing animal rights in the “Go Veg” campaigns of U.S. animal rights organizations. **Society & Animals**, [S.l.], v.18, n.2, p.163-182, 2010.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.95, n.1, p.1-37, 1989.

GAMSON, W. et al. Media images and the social construction of reality. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, v.18, p.373-393, 1992.

GARNER, R. D. Defending animal rights. **Parliamentary Affairs**, Oxford, v.51, n.3, p.458-469, 1998.

HASSEN, M. N. A. Gaúchos amam e maltratam os animais. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.17, 12 set. 2010.

IBARRA, P. R.; KITSUSE, J. I. Vernacular constituents of moral discourse: an interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILLER, G. (Org.). **Reconsidering social constructionism: debates in social problems theory**. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 1993. p.25-58.

LUZ, L. Como ser vegano na terra do churrasco. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.10-15, 5 jun. 2011.

MAIA, R. C. M. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: CASTRO, M. C. P. S.; MAIA, R. C. M. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p.153-179.

_____. Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. **Revista Contracampo**, Niterói, v.5, p.47-66, 2000.

McADAM, D. Marcos interpretativos y tácticas utilizadas por los movimientos: dramaturgia estratégica en el movimiento americano pro-derechos civiles. In: _____.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.). **Movimientos sociales - perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Madrid: Istmo, 1999. p.475-496.

_____. **Political process and the development of black insurgency**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

McCARTHY, J. D.; SMITH, J.; ZALD, M. N. El Acceso a la agenda pública e a la agenda del gobierno: médios de comunicación y sistema electoral. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. (Org.). **Movimientos sociales - perspectivas comparadas**: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Madrid: Istmo, 1999. p.413-441.

MELUCCI, A. The process of collective identity. In: JOHNSTON, H.; KLANDERMANS, B. (Ed.). **Social movements and culture**: social movements, protest, and contention. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. p.41-63. v.4.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.49-66, 1989.

MENDONÇA, R. F. Comunicação e sociedade civil: interfaces e agendas. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-44, 2011.

NACONECY, C. Bem-estar animal ou libertação animal? Uma análise crítica da argumentação antibem-estarista de Gary Francione. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.4, n.5, p.235-267, 2009.

PEREIRA, M. M. **Enquadramento interpretativo, lógicas de ação e dinâmicas interativas**: dilemas em interações entre o movimento pelos direitos animais e a grande mídia. 2014. 325 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PRESSÃO pelo fim das carroças. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.6, 16 ago. 2008

QUIRÓS, J. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. **Mana**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.127-153, 2009.

ROCHA, S. M. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um “nós” entre os moradores de favelas. **Comunicação & Política**, [S.l.], v.25, n.1, p.51-72, 2007.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.46, n.1, p.2-9, jan./abr. 2010.

SNOW, D. A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, [S.l.], v.51, n.4, p.464-481, 1986.

SORDI, C. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Ideias Unisinos**, São Leopoldo, ano 9, n.147, 2011.

STZYBEL, D. Animal rights law: fundamentalism versus pragmatism. **Journal for Critical Animal Studies**, [S.l.], v.5, n.1, p.1-35, 2007.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Os novos conflitos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n.17, p.5-18, 1989.

Recebido em 03/12/2014.

Aprovado em 06/05/2016.